

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DO CENTRO EDUCA MAIS (PAULO VI).

Igor Amaral de Araújo

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

igoraraujo@aluno.uema.br

Paulo Cesar Fonseca Pires

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

paulopires@professor.uema.br

RESUMO

O presente trabalho analisa a educação financeira como ferramenta de transformação social e econômica. O objetivo foi compreender a percepção dos discentes do Centro Educa Mais (Paulo VI) sobre o tema no Ensino Médio, a partir da seguinte questão: qual a percepção dos estudantes sobre o ensino da educação financeira? Para isso, buscou-se conceituar educação financeira, analisar seu ensino nas escolas, identificar a percepção dos alunos e propor alternativas para sua aplicação. A pesquisa, de caráter qualitativo e quantitativo, utilizou estudo de caso com aplicação de questionário. Os resultados evidenciam a importância do ensino financeiro na formação dos estudantes, contribuindo para decisões mais conscientes e melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chaves: Educação. Educação Financeira. Escola. Ensino Médio.

1 INTRODUÇÃO

O cenário brasileiro evidencia dificuldades no gerenciamento das finanças pessoais. Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por meio da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), indicam que 76,7% das famílias estavam endividadas em dezembro de 2024, o que revela uma realidade preocupante.

Além disso, levantamento da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), de março de 2025, aponta que seis em cada dez brasileiros não possuem investimentos financeiros, evidenciando baixo interesse e planejamento nessa área. Esse contexto reforça a importância da educação financeira como instrumento de melhoria da qualidade de vida.

Segundo Tavares e Pilão (2023), o ensino de finanças nas escolas ainda é recente e pouco valorizado, tanto no ambiente escolar quanto familiar, o que compromete o desenvolvimento de competências essenciais para o planejamento financeiro. Diante disso, questiona-se: qual a percepção dos discentes do Centro Educa Mais (Paulo VI) sobre a educação financeira no Ensino Médio?

Este trabalho tem como objetivo geral compreender essa percepção. Como objetivos específicos, busca-se: reunir fundamentos teóricos sobre educação financeira; analisar o ensino de finanças nas escolas; identificar a percepção dos alunos; e propor alternativas para sua inserção no contexto escolar.

A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso, com aplicação de questionário para coleta de dados. As informações foram analisadas quantitativamente, por meio de gráficos, e qualitativamente, visando interpretar a percepção dos estudantes.

O referencial teórico organiza-se em três eixos: educação financeira; educação financeira nas escolas; e educação financeira no Ensino Médio.

Os resultados baseiam-se nas respostas dos alunos do Centro Educa Mais (Paulo VI), abordando temas como comportamento financeiro, conhecimento econômico, influência familiar e percepção sobre educação financeira.

Conclui-se que os objetivos foram alcançados, evidenciando a percepção dos estudantes e reforçando o papel da escola na formação de indivíduos capazes de tomar decisões financeiras mais conscientes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar este trabalho, apresenta-se o referencial teórico sobre educação financeira, educação financeira nas escolas e educação financeira no Ensino Médio, temas essenciais para a análise do problema proposto.

2.1 Educação financeira

A educação financeira pode ser entendida como um processo de aprendizagem voltado à compreensão dos elementos do mercado financeiro e ao desenvolvimento de habilidades para a tomada de decisões conscientes, visando ao bem-estar do indivíduo (OCDE, 2005).

Outrossim, a educação financeira é a reunião de conhecimentos essenciais e basilares sobre finanças, como compreender os impactos gerados pelo mercado de juros na vida doméstica do indivíduo, consumo consciente, entender a forma correta de utilizar as ofertas de crédito e observar a importância do planejamento e gestão dos recursos materiais para as finanças pessoais (Moraes et al. 2020).

Além disso, não se limita à poupança ou à redução de gastos, mas abrange o planejamento e a gestão financeira ao longo do tempo, com foco na qualidade de vida presente e futura (Saurin; Saurin; Saurin, 2017).

Nesse sentido, a educação financeira contribui para o desenvolvimento de comportamentos e competências que devem ser construídos ao longo da vida, permitindo decisões mais conscientes e favorecendo o desenvolvimento pessoal e econômico (Júnior et al., 2021).

Por fim, destaca-se que o objetivo da educação financeira é formar indivíduos capazes de planejar e gerenciar recursos com visão de longo prazo, considerando que decisões financeiras atuais impactam significativamente o futuro (Paiva, 2013).

2.2 Educação financeira nas escolas

O cenário socioeconômico brasileiro, marcado por grandes desigualdades sociais, torna o estudo sobre finanças ainda mais urgente no país. Muitas ferramentas do mercado financeiro tornaram-se acessível por meio dos avanços tecnológicos, especialmente se comparadas à realidade das gerações anteriores, o que evidencia a necessidade de qualificação dos indivíduos para o desenvolvimento de habilidades na área financeira (Pelicioli, 2011).

Souza, Nicoli e Castro (2023) afirmam que dentro das escolas não se vê com recorrência o ensino de educação financeira para os adolescentes. A ausência desse conhecimento faz grande diferença na formação pessoal e profissional dos alunos.

Segundo Santos (2021), a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi instituída no Brasil por meio do Decreto n.º 7.397/2010, com o propósito de fortalecer a cidadania ao promover ações que capacitem os indivíduos a tomarem decisões financeiras conscientes. O programa tem como foco principal os jovens e adolescentes com o objetivo de inserir a educação financeira no Ensino Básico de maneira contextualizada, considerando a realidade de cada estudante.

Nesse contexto, em 2017, o ensino da educação financeira passou a ser obrigatório nas escolas passando a compor a estrutura de aprendizagem da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujo documento normativo é regido pelo § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996). Dessa forma, o documento propõe o ensino transversal da educação financeira no currículo escolar por meio da abordagem interdisciplinar (Brasil, 2017).

Por ser um espaço dedicado ao aprendizado e à transmissão de conhecimentos, Sousa (2022) afirma que a escola contribui para a continuidade do ensino, ao ir além da simples transferência de informações sobre finanças e promover transformações positivas nos indivíduos, proporcionando transformações em toda a esfera social do Brasil.

Segundo Ramos et al. (2023), a educação financeira nas escolas é essencial devido ao seu potencial de formar cidadãos responsáveis, capazes de administrar seus gastos de maneira consciente. Esse cuidado atua como proteção contra as influências da sociedade, que frequentemente induzem ao consumismo por meio de diversos mecanismos de persuasão.

2.3 Educação financeira no Ensino Médio

Conforme Moraes et al. (2020), é comum nas escolas haver uma predominância do ensino de finanças junto à Matemática, por meio da matemática financeira, entretanto com pouca abrangência. No Brasil, nem todas as escolas aplicam o ensino sobre finanças disponibilizado pelo ENEF. Além disso, se desconhece o nível de entrega do conteúdo sobre finanças nas escolas.

Ramos et al. (2023), em concordância, defendem que a educação financeira pode ser aparelhada às aulas de matemática, propondo um ensino reflexivo. Esse exercício almeja que os alunos construam um pensamento crítico, estando aptos a refletir sobre questões econômicas. Nesse sentido, é indispensável que o professor consiga relacionar o ensino sobre finanças com as atividades cotidianas dos estudantes. Sem essa ligação, o processo de aprendizagem será comprometido.

O estudo sobre finanças também pode ser implementado diretamente como disciplina na grade curricular do Ensino Médio. Conforme analisado por Júnior et al. (2021), a introdução da disciplina de educação financeira nas escolas públicas do

Ensino Médio na microrregião de Maringá (Paraná) gerou efeitos positivos que ultrapassaram o ambiente escolar, alcançando e influenciando o contexto familiar.

Santos (2021) igualmente defende a ideia de que o ensino de educação financeira se apresenta com mais frequência na disciplina de matemática por sua associação com seu conteúdo, todavia ela não é de atribuição específica da Matemática. Nesse sentido, de acordo com a proposta da BNCC, os docentes devem integrar os conteúdos sobre finanças de forma interdisciplinar.

3 METODOLOGIA

A pesquisa científica, segundo Macedo (1995), consiste na busca por soluções confiáveis para um problema, com base na coleta, análise e interpretação sistemática de dados. Nesse sentido, foram utilizados instrumentos técnicos para responder ao problema proposto.

Quanto aos procedimentos metodológicos, este trabalho caracteriza-se como estudo de caso que, conforme Yin (2015), pode ser aplicado em diversas áreas científicas. Essa abordagem mostra-se adequada ao contexto da pesquisa, contribuindo para a obtenção dos resultados propostos.

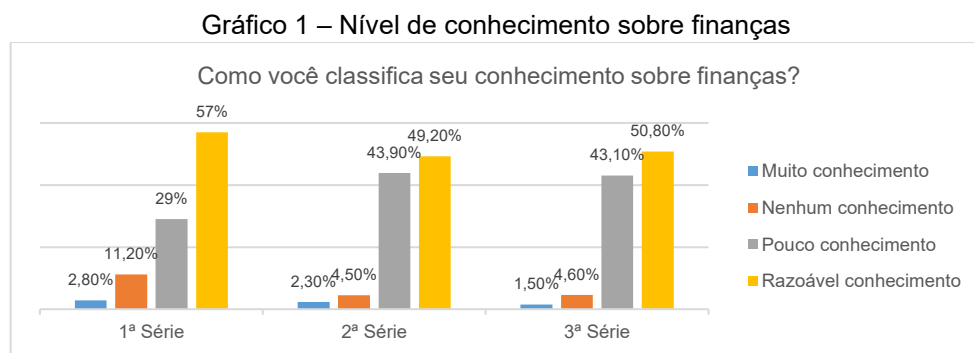
Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória, que na percepção de Gil (2002), visa aprofundar a compreensão de um problema, esclarecer suas questões e possibilitar a formulação de hipóteses, focando no desenvolvimento de ideias e intuições. Esse tipo de pesquisa se caracteriza por um planejamento flexível, capaz de abranger diversos aspectos do fenômeno investigado. Dessa forma, as informações coletadas possibilitaram a elaboração de um diagnóstico preciso e essencial para fundamentar os resultados obtidos.

Quanto à abordagem, a pesquisa é mista, com etapa inicial quantitativa, baseada em dados organizados em gráficos percentuais, seguida de análise qualitativa para interpretação do contexto (Knechtel, 2014). A coleta foi realizada por meio de questionário aplicado presencialmente na escola, durante dois dias.

Quanto ao universo da amostra, compreende os alunos do Ensino Médio Regular, no ano letivo de 2025, do Centro Educa Mais (Paulo VI), escola pública estadual localizada na Rua 203, s/n, Campus da UEMA, Cidade Operária (CEP 65058-172), em São Luís (MA).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta pesquisa, os dados foram coletados entre 20 e 21 de maio de 2025, com 307 alunos participantes: 109 da 1ª série, 132 da 2ª série e 66 da 3ª série. A instituição possui ensino médio integral e oferta também ensino técnico integrado e EJA. Demais informações não foram incluídas, pois não foram disponibilizadas pela escola.



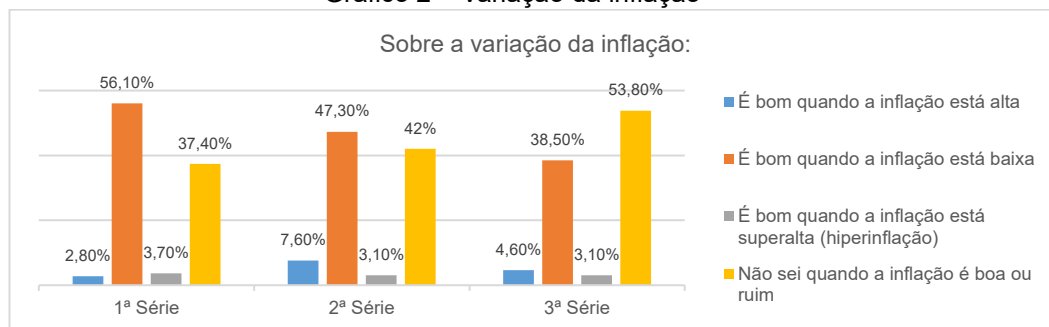
Fonte: Autor.

Os resultados indicam que 38% dos estudantes afirmam possuir pouco conhecimento e 6,9% nenhum conhecimento, totalizando aproximadamente 45% com baixo domínio do tema. Observa-se no gráfico 01 que alunos da 2ª e 3ª séries apresentam maior concentração na categoria “pouco conhecimento” em comparação à 1ª série. Apesar disso, a maioria dos estudantes se classifica com razoável conhecimento, evidenciando uma percepção intermediária, ainda que coexistente com lacunas significativas. Segundo Júnior et al. (2021), a falta do ensino financeiro nas escolas compromete o desenvolvimento dos estudantes, pois dificulta a formação de uma consciência para decisões econômicas e financeiras.

Em contrapartida, 52,3% dos alunos se autoavaliam com conhecimento razoável sobre finanças, com incidência maior nas turmas da 1ª série. Isso demonstra que mais da metade dos discentes consideram ter algum domínio sobre o assunto.

Para analisar o nível de conhecimento econômico dos alunos, foi aplicada a seguinte questão, conforme apresentado no gráfico 02.

Gráfico 2 – Variação da inflação

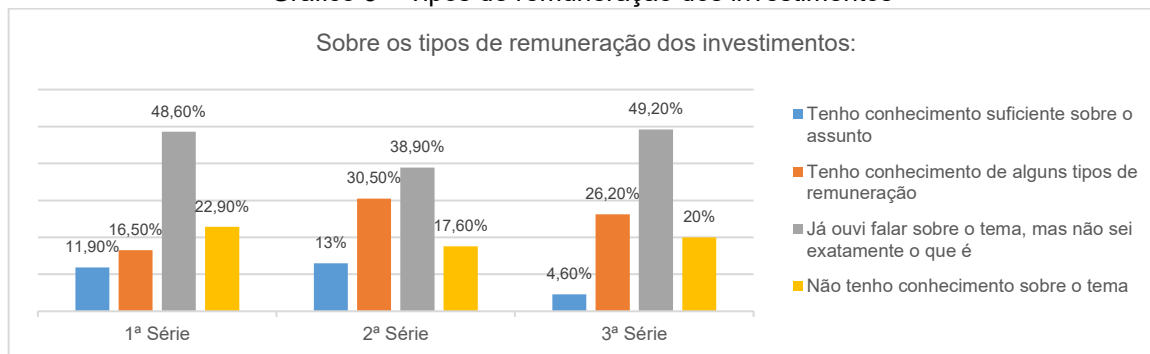


Fonte: Autor

Nessa análise, 48,5% dos alunos consideraram a inflação boa quando está baixa, o que representa, nesse contexto, a opção mais assertiva acerca desse fenômeno macroeconômico, demonstrando um bom nível de conhecimento. Entretanto, 42,9% dos estudantes expressaram não saber julgar em que situação a inflação é boa ou ruim. De maneira geral, 51,5% dos discentes atestaram não possuir conhecimento suficiente acerca da variação da inflação — um indicador econômico substancial. Isso nos revela a importância do ensino sobre finanças nas escolas para que os alunos consigam desenvolver reflexões críticas acerca de situações e cenários financeiros (Ramos et al., 2023).

Para avaliar o conhecimento técnico sobre o mercado financeiro, os alunos foram questionados sobre os tipos de remuneração dos investimentos, a fim de verificar sua preparação para utilizá-los de forma consciente. Paiva (2013) destaca que o planejamento financeiro de longo prazo exige a compreensão desses instrumentos e sua adequação aos objetivos pessoais.

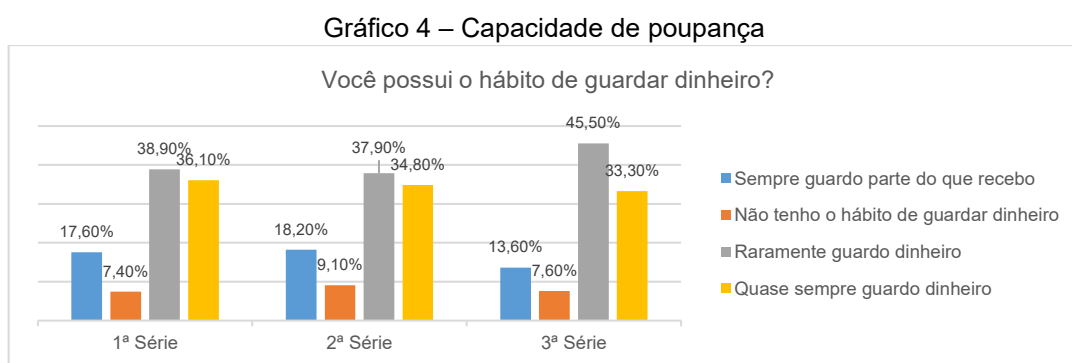
Gráfico 3 – Tipos de remuneração dos investimentos



Fonte: Autor

Conforme mostra o gráfico 03, a maioria das respostas indica falta de conhecimento sobre os tipos de remuneração dos investimentos. Apurou-se que 64,6% dos alunos não possuem conhecimento sobre os tipos de remuneração dos investimentos, sendo 44,6% com pouco conhecimento e 20% sem conhecimento. Esse resultado evidencia baixa preparação para o uso de instrumentos financeiros. Em contrapartida, apenas 10,8% demonstram conhecimento suficiente sobre o tema.

Para analisar o comportamento financeiro, foram considerados quatro eixos, iniciando pela capacidade de poupança. Os alunos foram questionados sobre o hábito de guardar dinheiro, considerando que utilizam recursos familiares devido ao regime integral da escola. Conforme Sousa (2022), a educação financeira deve ser abordada independentemente da renda. As respostas estão apresentadas no gráfico 04.

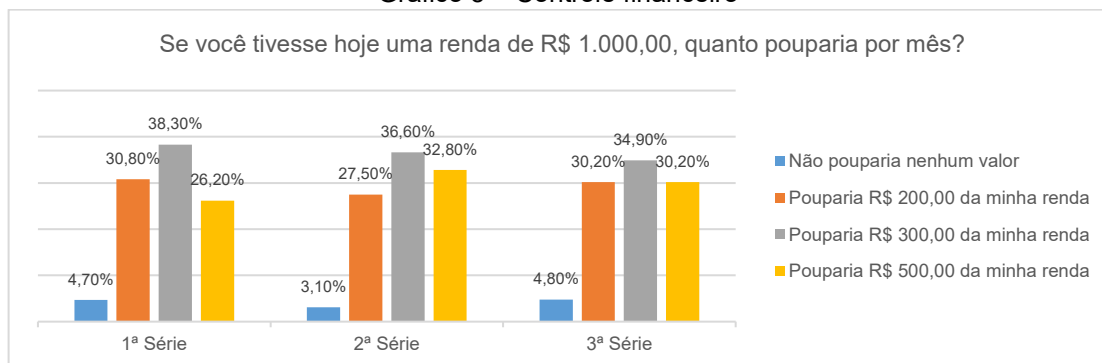


Fonte: Autor

Nessa questão, 48,8% dos alunos demonstram baixa capacidade de poupança, sendo 39,9% que raramente guardam dinheiro e 8,2% que não possuem esse hábito, indicando perfil mais consumista. Por outro lado, cerca de 52% afirmam guardar dinheiro com frequência (35% quase sempre e 17% sempre), evidenciando um grupo com maior capacidade de poupança. Segundo Saurin, Saurin e Saurin (2017), o hábito de poupar é fundamental para o planejamento financeiro e o alcance de objetivos pessoais.

O segundo comportamento a ser analisado é o grau de controle financeiro. Nesse caso, foi questionado aos alunos quanto poupariam por mês de sua renda se recebessem uma remuneração mensal de R\$ 1.000,00.

Gráfico 5 – Controle financeiro

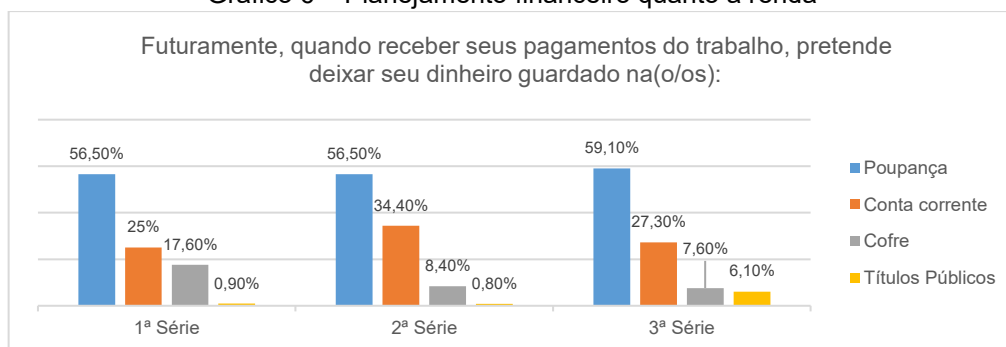


Fonte: Autor

Os dados do gráfico 05 indicam distribuição semelhante entre as séries, com proporções próximas a 30% para cada faixa de poupança. No total, 96% dos alunos afirmam poupar parte da renda, evidenciando tendência ao controle financeiro, enquanto 4% não realizam qualquer poupança.

O terceiro comportamento analisado refere-se ao nível de planejamento financeiro. Os estudantes foram questionados sobre o local onde guardariam, futuramente, os valores referentes à remuneração do trabalho.

Gráfico 6 – Planejamento financeiro quanto à renda



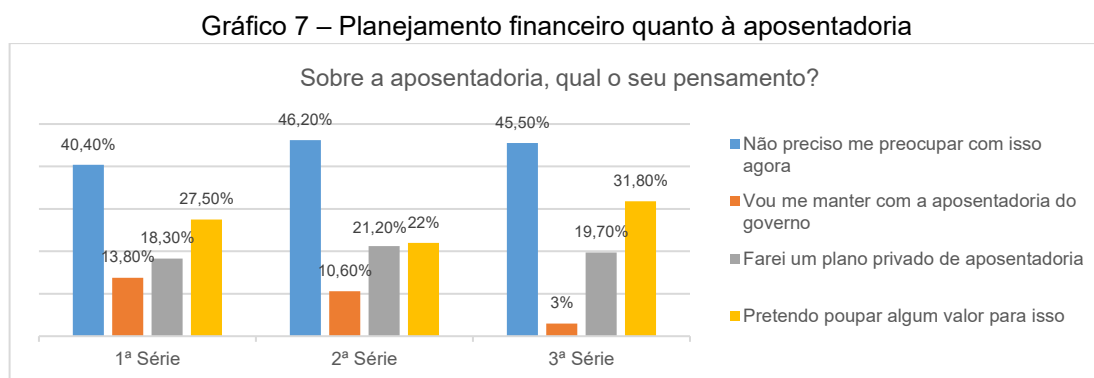
Fonte: Autor

Conforme apurado, 57% dos alunos optariam por guardar dinheiro na poupança, enquanto 29,5% escolheriam conta corrente. Observa-se que os grupos que optam por conta corrente e cofre — que somam 41% — apresentam menor conhecimento financeiro, com tendência a manter recursos sem rentabilidade e sujeitos à perda de valor.

Nesse contexto, torna-se essencial o conhecimento sobre instrumentos financeiros para decisões mais adequadas de investimento (Souza, 2016).

Além disso, os 57% que optaram pela poupança demonstram alguma capacidade de planejamento financeiro, embora ainda indiquem conhecimento limitado sobre o mercado. Por outro lado, apenas 2% escolheram a alternativa mais adequada, considerando risco e rentabilidade. Segundo Fávaro, Rodrigues e Pinto (2022), a preferência pela poupança está associada a níveis mais baixos de conhecimento sobre o mercado financeiro.

Ainda nessa perspectiva, ao se analisar o nível de planejamento financeiro, os alunos foram questionados sobre como pensavam a respeito da aposentadoria, conforme apresentado no gráfico 07.



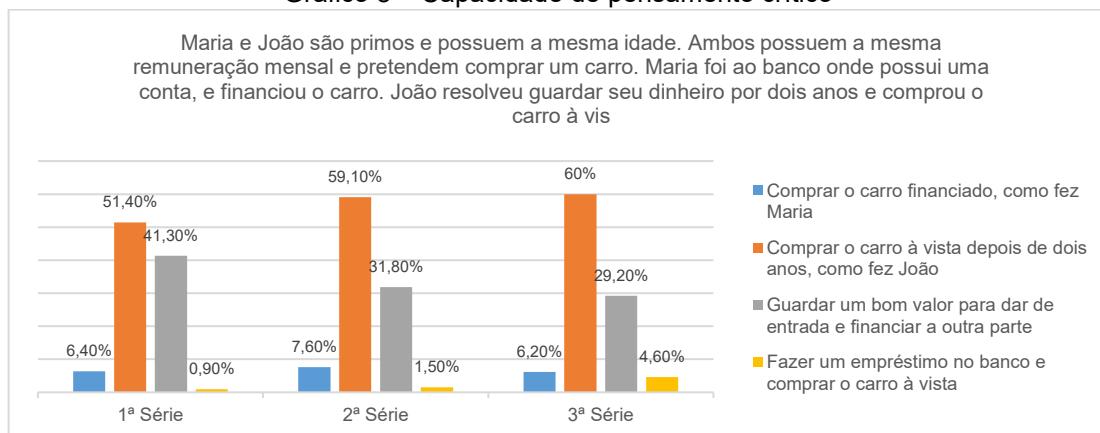
Fonte: Autor

Nessa questão, 54,1% dos alunos demonstram ausência de preocupação com a aposentadoria, sendo 44% que não consideram necessário pensar nisso no momento e 10,1% que pretendem depender do benefício público.

Por outro lado, 26,1% indicam intenção de poupar para esse fim, embora sem demonstrar conhecimento para o planejamento. Já 19,9% evidenciam maior preocupação, ao afirmarem que pretendem aderir a um plano privado de previdência.

O último comportamento analisado é sobre a capacidade de pensamento crítico financeiro. Para isso, apresentou-se um caso conforme apresentado no gráfico 08.

Gráfico 8 – Capacidade de pensamento crítico



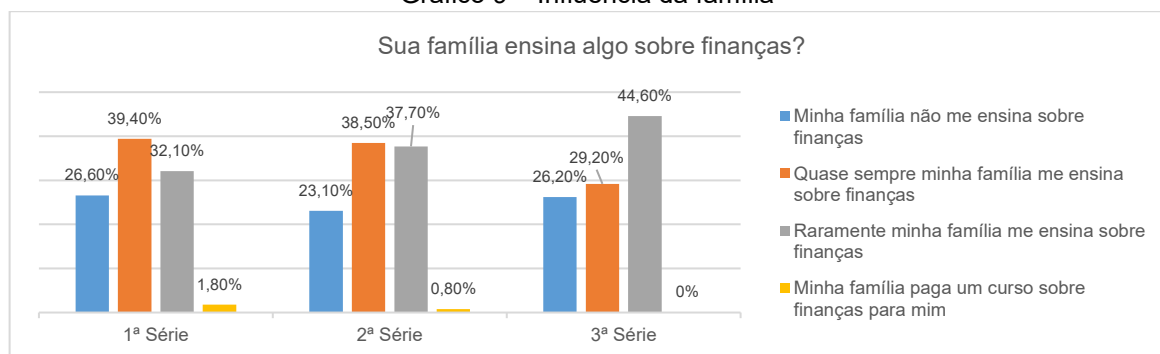
Fonte: Autor

Observou-se que, 56,5% dos alunos optaram pela compra à vista, indicando comportamento mais planejado, com destaque para as turmas da 2ª e 3ª séries. Entretanto, 41,5% escolheriam financiar o veículo, total ou parcialmente, evidenciando perfil mais imediatista. A pior alternativa — compra à vista por meio de empréstimo bancário — foi indicada por apenas 2% dos discentes.

Segundo Ramos et al. (2023), esses estudantes apresentam maior vulnerabilidade às influências sociais nas decisões financeiras, pois tais influências promovem uma cultura consumista e voltada ao imediatismo.

Para verificar a transmissão da educação financeira no ambiente familiar, os estudantes foram questionados sobre o ensino de finanças pela família. Júnior et al. (2021) destacam a importância desse processo, embora ainda existam barreiras a serem superadas.

Gráfico 9 – Influência da família

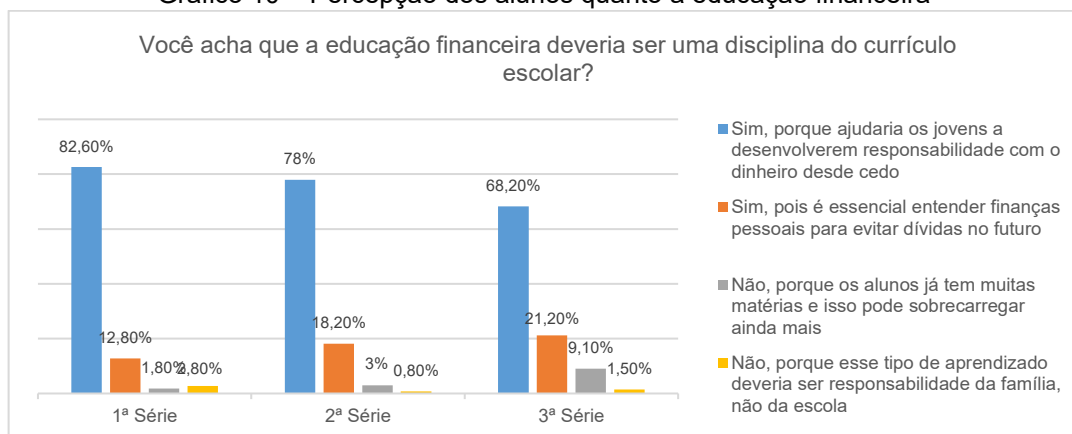


Fonte: Autor

De acordo com o gráfico 09, a distribuição é semelhante entre as séries. No total, 62,2% dos alunos recebem pouco ou nenhum ensinamento financeiro da família, sendo 25% sem qualquer orientação e 37,2% com orientação rara. Por outro lado, 36,8% afirmam receber orientação com frequência, enquanto apenas 1% participam de cursos de finanças custeados pela família. Tavares e Pilão (2023) destacam a pouca valorização e disseminação do conhecimento financeiro no ambiente familiar.

Com o objetivo de analisar o entendimento dos alunos sobre a importância do ensino de finanças no ambiente escolar, especialmente no Ensino Médio, eles foram questionados se esse assunto deveria ser uma disciplina do currículo escolar.

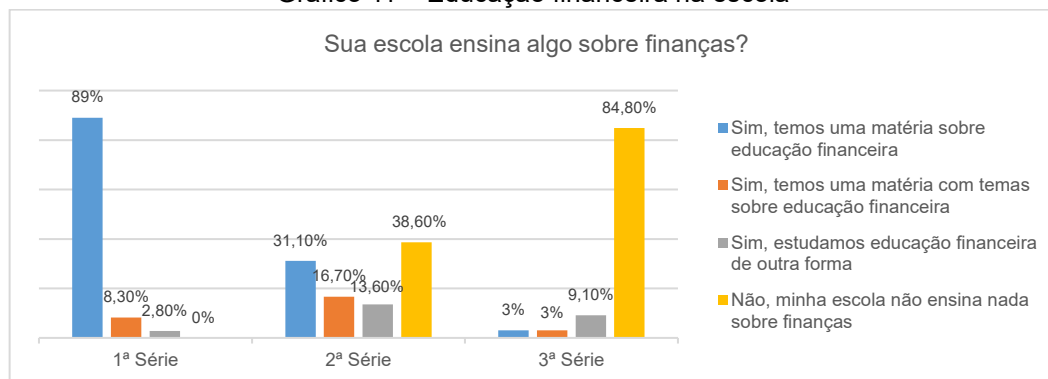
Gráfico 10 – Percepção dos alunos quanto à educação financeira



Fonte: Autor

Conforme verificado, 94,4% dos alunos concordam com a inclusão da educação financeira como disciplina no currículo escolar, indicando amplo reconhecimento de sua relevância e do papel da escola nesse processo. Em contrapartida, apenas 5,5% não apoiam essa inserção. Segundo Sousa (2022), o ensino de finanças nas escolas pode contribuir para reduzir a lacuna histórica de conhecimento financeiro no país.

Gráfico 11 – Educação financeira na escola



Fonte: Autor

Para analisar a exposição dos alunos ao ensino de finanças na escola, questionou-se a existência desse conteúdo no Centro Educa Mais (Paulo VI). Conforme o gráfico 11, há diferenças significativas entre as séries. Cabe aqui uma ressalva: a escola oferece, na grade curricular das turmas da 1ª série, a disciplina de matemática financeira, o que justifica a variação nos percentuais observados.

Dessa forma, 89% dos alunos da 1ª série indicaram a existência de ensino financeiro na escola, embora tenham confundido “educação financeira” com “matemática financeira”. Ainda assim, o resultado evidencia a presença de conteúdo relacionado ao tema, não havendo respostas negativas nesse grupo.

Em contraste, nas turmas da 3ª série, 84,8% afirmaram não haver ensino de finanças, evidenciando discrepância entre as séries. No geral, 65,1% dos alunos reconhecem esse ensino, enquanto 34,9% não o identificam. Segundo Sousa (2022), a educação financeira pode ser trabalhada de forma interdisciplinar, sem necessidade de disciplina específica.

O ensino de matemática financeira representa um avanço, mas é limitado, pois a educação financeira envolve competências mais amplas (Ramos et al., 2023). Isso se confirma pelo desempenho da 1ª série, que se destacou em apenas uma questão, indicando baixa efetividade desse ensino.

Tavares e Pilão (2023) afirmam que a escola tem papel fundamental na transmissão desse conhecimento para que os jovens consigam desenvolver responsabilidades com questões financeiras.

Como primeira alternativa, propõe-se a inclusão da educação financeira como disciplina na grade curricular, integrando conteúdos matemáticos e aspectos

socioeconômicos, visando à formação crítica dos estudantes (Duarte et al., 2024). Essa é a abordagem mais completa, pois permite estruturar o conteúdo de forma abrangente. Além disso, a maioria dos alunos demonstra apoio a essa inserção, conforme evidenciado no gráfico 10.

Como segunda alternativa, sugere-se a abordagem interdisciplinar, com integração do tema em outras disciplinas (Sousa, 2022). Embora menos abrangente que uma disciplina específica, essa estratégia contribui para a inclusão do tema. Observa-se que a escola já adota parcialmente esse modelo ao tratar conteúdos financeiros na disciplina de matemática financeira nas turmas de 1ª série.

Nessa proposta, Tavares e Pilão (2023) concordam com as duas formas de aplicar finanças na escola, seja como disciplina independente ou de forma interdisciplinar aplicado em outras matérias existentes, como matemática.

Em terceiro lugar, propõe-se a realização de projetos escolares integrados a disciplinas existentes, abordando temas de finanças por meio de casos práticos, estimulando a reflexão e o desenvolvimento da consciência financeira dos estudantes (Duarte et al., 2024).

5 CONCLUSÃO

A falta de conhecimento financeiro pode gerar impactos negativos na vida dos indivíduos, tornando a educação financeira essencial para a qualidade de vida. Jovens que desenvolvem esse conhecimento tendem a tomar decisões mais conscientes, contribuindo para a redução da inadimplência e das desigualdades sociais.

Este estudo teve como objetivo compreender a percepção dos discentes do Centro Educa Mais (Paulo VI) sobre a educação financeira. Conforme Paiva (2013), essa educação capacita os indivíduos para a tomada de decisões e o planejamento financeiro.

Os objetivos foram alcançados por meio da fundamentação teórica e da aplicação metodológica, que permitiram identificar a percepção dos alunos e seu nível de preparo em relação às finanças. Os resultados indicam que grande parte dos estudantes apresenta dificuldades em lidar com demandas financeiras, mesmo tendo contato com conteúdos de matemática financeira, o que evidencia lacunas no conhecimento básico sobre o tema.

Além disso, a maioria dos alunos considera importante a inclusão da educação financeira no Ensino Médio, demonstrando interesse pelo aprendizado e reconhecimento de sua relevância.

Diante disso, destacam-se como alternativas a inserção da disciplina na grade curricular, sua abordagem interdisciplinar e o desenvolvimento de projetos escolares voltados ao tema.

A pesquisa também contribui para ampliar o debate sobre a educação financeira no ambiente escolar, reforçando o papel da escola na formação de indivíduos mais conscientes em relação ao uso de recursos financeiros.

Os dados foram coletados por meio de questionário aplicado presencialmente, o que possibilitou alcançar uma amostra significativa. Contudo, limitações institucionais e comportamentais restringiram uma análise mais aprofundada dos conhecimentos técnicos e comportamentais dos alunos.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas ampliem a investigação sobre a educação financeira no Ensino Médio, especialmente quanto aos impactos de sua ausência na qualidade de vida e na saúde financeira dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ANBIMA – **Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**. 2025. Disponível em: www.anbima.com.br. Acesso em: 4 abril 2025.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC-APRESENTACAO.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

DUARTE, José Sergio Xavier et al. **Educação financeira na escola: formando cidadãos conscientes**. Aracê, v. 6, n. 4, p. 18863–18876, 2024.

FÁVARO, J. G. M.; RODRIGUES, L. G.; PINTO, L. A. **Estudo de caso sobre conhecimentos dos discentes da Fatec Jales sobre educação financeira e investimentos**. 2022. Artigo de Graduação (Tecnologia em Gestão Empresarial) – Faculdade de Tecnologia Prof. José Camargo, Jales, 2022. Artigo apresentado no VI Simpósio de Tecnologia da Fatec Jales – SITEF, 2022, Jales-SP.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas**. In: GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: editora Atlas, 2002.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Editora Intersaberes, 2014.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

MORAES, Aline et al. Educação financeira escolar: uma proposta para o ensino médio.

REVEMAT: Revista Eletrônica de matemática, v. 15, n. 2, p. 1-22, 2020.

OCDE – **Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. 2005.

Disponível em: www.oecd.org. Acesso em: 4 abr. 2025.

PAIVA, John Taylor. **O Segredo Da Educação Para Saúde Financeira**. São Paulo: Clube de Autores, 2013.

PELICIOLO, Alex Ferranti. **A relevância da educação financeira na formação de jovens**.

2011. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PORTAL DO COMÉRCIO. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – dezembro de 2024 e balanço anual**. Portal do Comércio, 2025. Disponível em:

portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-dezembro-de-2024-e-balanco-anual/. Acesso em: 2 abr. 2025.

RAMOS, Laine Silva et al. Educação Financeira: A Percepção de Estudantes do Ensino

Médio. **ColInspiração-Revista dos Professores que Ensinam Matemática**, v. 6, p.

e2023013-e2023013, 2023.

SANTOS, Marcilei Santana dos. **Educação Financeira**: proposta para o ensino básico

contemplando as exigências da BNCC. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática).

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2021. Disponível

em: acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2944/1/marcilei_santana_santos.pdf. Acesso em: 14 jan. 2024.

SAURIN, Valter; SAURIN, Christine; SAURIN, Luiz Fernando. **Educação Financeira e**

Finanças Pessoais: planejamento, orçamento, controle. Joinville: Clube de Autores, 2017.

SOARES JÚNIOR, Carlos Alberto et al. Educação financeira nas escolas. **Encontro**

Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN), v. 5, n. 1, 2021.

SOUSA, J. O. de. Educação financeira nas escolas brasileiras: um estudo da sua

importância para a educação básica. **Revista Editora Científica Digital**, n. 67, p. 916-926,

28 fev. 2023. Disponível em: www.editoracientifica.com.br/artigos/educacao-financeira-nas-escolas-brasileiras-um-estudo-da-sua-importancia-para-a-educacao-basica. Acesso em: 7 abril 2025.

SOUZA, Charleston Sperandio de; NICOLI, Alice Aparecida Teixeira de Sá; CASTRO,

Leonardo Caus. Um estudo sobre a educação financeira nas escolas. **Revista**

Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 2, n. 1, 2023.gg

SOUZA, Marcio Rodrigues de. **Finanças Pessoais**: Planejamento Financeiro-Contábil na

Obtenção da Estabilidade Econômica Familiar. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

TAVARES, Celina Soares Lima; PILÃO, Valéria. A importância de ensinar educação

financeira nas escolas. **Caderno Intersaberes**, v. 12, n. 44, p. 148-164, 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman editora,

2015.